

CMCG debate medidas de proteção ao Meio Ambiente em Audiência Pública

O presidente da CMCG, Marinaldo Cardoso (Republicanos) na manhã desta terça-feira (15) fez a abertura da Audiência Pública que debateu medidas de proteção ao Meio Ambiente, de autoria do vereador Alexandre Pereira (PSD), registrando a presença de forma online do Promotor do Meio Ambiente, José Eulâmpio Duarte, Rafaela Oliveira, da SESUMA, da Major PM Luciana Firmino (SUDEMA e de Toni Ambientalista.

Convidou o autor da propositura para presidir os trabalhos e fazer a sua justificativa. Alexandre Pereira (PSD), agradeceu ao presidente a oportunidade de dirigir a Audiência Pública.

– Recentemente apresentei um Projeto de Lei 267/2021 que busca instituir o ‘‘Sacola Verde’’, programa de estímulo ao uso de sacolas biodegradáveis ou reutilizáveis pelos estabelecimentos locais para acondicionamento de mercadorias.

Alexandre, destacou que já havia sido apresentada uma Lei com esse objetivo, mas ela foi revogada pelo ex-vereador Lula Cabral, devido à multa que seria aplicada aos estabelecimentos que não a cumprissem, onde posteriormente foi apresentada pelo mesmo, uma nova Lei, com o intuito educativo e propositivo.

O Promotor de Justiça, José Eulâmpio Duarte, parabenizou os vereadores e vereadoras defensoras do meio ambiente, inclusive o saudoso ex-vereador Lula Cabral. Também destacou o seu apoio e entusiasmo para que essa proposição siga em frente, sobretudo contando com o apoio dos comerciantes e consumidores, onde os últimos também precisam ser responsáveis.

Toni Ambientalista – Suplente de vereador – destacou a

importância desse debate no âmbito da Câmara Municipal, sobretudo tendo em vista o alto grau de poluição devido ao uso das sacolas plásticas. Parabenizou também o trabalho da SUDEMA com relação à caça ilegal das aves silvestres e também citou a importância do decreto no ano passado do Ministério Público em relação à proibição das fogueiras no município, que resultou inclusive na diminuição de acidentes com queimaduras.

Por fim, se colocou à disposição para debater sobre o tema e também sugeriu a discussão sobre a implementação da educação ambiental na grade curricular do município de Campina Grande.

Saulo Noronha (SD) citou a Lei que visa criação do Parque Nacional Serra da Borborema, mas que no momento está ocorrendo uma desafetação do antigo Parque do Poeta, através de ações do Governo do Estado, e sabendo da importância daquele local solicitou a atenção do promotor e do Ministério Público, pois além dessas ações estaduais, o mesmo está sendo depredado e ainda não conta com suas devidas demarcações.

Jô Oliveira (PC do B) saudou a todos os participantes e destacou a importância do processo educativo como parte da solução dessa problemática e ressaltou a sua prática diária em relação ao uso consciente das sacolas. Além disso, citou a questão da crescente utilização de máscaras e luvas descartáveis pela população, que será necessário também pensar a respeito de como iremos lidar com esse fato decorrente da pandemia.

O Dr. Eulâmpio Duarte – Representante do Ministério Público esclareceu ao vereador Saulo Noronha, que já foi solicitado e requisitado informações à SUDEMA a respeito do espaço do antigo Parque do Poeta, inclusive da empresa responsável pela construção do Arco Leste Metropolitano. E sobre a Lei que autorizou a criação do Parque da Serra da Borborema, esclareceu que a Prefeitura tinha um prazo de até 120 dias para fazer a criação do parque, mas que não foi realizado, então infelizmente não tem como fazer a defesa de algo que

ainda não existe de direito e pontuou que quem atua hoje no processo é a Dra. Adriana Amorim.

Saulo Noronha esclareceu que o entendimento da Câmara Municipal não é apenas a respeito da lei, mas sobre o desmatamento do bioma, e a extinção da natureza que rodeia Campina Grande e que não é tanta. Justificou sua preocupação enquanto vereadores e cidadãos que visitam e protegem o parque como podem.

Rafaela Oliveira informou que se deve incentivar todos os autores competentes a adotarem medidas que promovam a prática da não geração de poluentes e maximização da reutilização, reciclagem, entre outros.

As sacolas plásticas que são destinadas aos supermercados são feitas de material reciclado, por isso é importante a educação já na unidade geradora (dos próprios funcionários) e ações informativas da própria sociedade para utilizar sacolas reutilizáveis, além de usar as sacolas plásticas mais de uma vez.



Foto: Josenildo Costa/CMCG

Informou que Campina Grande tem o programa "Recicla Campina", onde tem a parceria com cinco empreendimentos de catadores, promovendo a coleta seletiva no município com destinação para esses locais corretos.

Colocou em pauta que a meta é que os próprios estabelecimentos não distribuam mais esse material, e que um dos caminhos é justamente por meio da prática educativa da sociedade com práticas que foram citadas acima.

Valéria Aragão (PTB) citou a importância da realização do trabalho de base, com a educação nas escolas e cada um realizando ações em suas próprias residências. Também fez um apelo à Câmara Municipal, para que fosse possível fazer um trabalho de conscientização dentro dos lares de separação do lixo, por exemplo.

Fez um apelo ao colega Alexandre, em relação ao seu programa de rádio, para que comece a conscientizar as pessoas por meio

desse meio de comunicação, com incentivo às donas de casas na realização dessas ações.

Alexandre Pereira – Com questionamento destinado à SESUMA, perguntou sobre o retorno das baterias dos celulares e dos remédios e se a Secretaria tem algum projeto nesse sentido. Também citou a Lei 6074, de sua propositura, que determina que as concessionárias realizem o plantio de árvores a cada venda realizada de novos veículos e que fará a cobrança do cumprimento desta Lei.

Rafaela Oliveira destacou como muito importante a colocação de Valéria Aragão, e informou que desde o início da implantação do programa ‘‘Recicla Campina’’, em 2019, foi realizado além da coleta seletiva, o projeto de educação ambiental em 24 escolas da rede municipal (com oficinas e implantação da coleta seletiva na própria unidade educacional), que teve sua pausa devido à pandemia, mas que visa retornar em breve. Também iniciou a implantação da coleta seletiva em órgãos municipais e alguns bairros.

Em relação às pilhas e baterias, informou que já existe uma Lei federal, que elenca alguns resíduos que devem ser incluídos na logística reversa, sendo responsabilidade dos fabricantes e comerciantes, a logística reversa desses resíduos ao ciclo produtivo. As empresas antes da instalação precisam apresentar seus planos de gerenciamento de resíduos, além disso, o município tem o convênio com a ‘‘Recicla Nip’’ onde realiza a destinação adequada de 36 toneladas de pneus e outros materiais. Por fim, destacou que existem alguns grandes supermercados que já realizam esse serviço de coleta desses materiais e a SESUMA tem como objetivo expandir os locais de coleta e divulgar a população nesses locais.

Rostand PB (PP) falou da sua experiência na Europa e das medidas que já existem de proteção ao meio ambiente, além da cultura da própria população que busca minimizar o uso das sacolas plásticas. Destacou que é necessária a educação da

população para o uso das sacolas biodegradáveis e retornáveis.

Dona Fátima (PODE) disse da educação que já promove em casa e da dificuldade que existe em promover essa consciência, sugeriu que além das escolas, o trabalho educativo deve se expandir à UCES e aos Clubes de Mães.

Rubens Nascimento (DEM) citou a possibilidade de “nortear um caminho de redução de danos na perspectiva conscientizadora, onde seja possível alcançar uma adesão prática da população, pois talvez uma legislação extrema (proibição), pode não alcançar o objetivo da determinação”. Ressaltou a importância da diminuição dos impactos e conscientização nas escolas, com as crianças, para ir conquistando as gerações seguintes e conscientizando as atuais.

Alexandre ressaltou mais uma vez a sua propositura na criação da Lei “Sacola Verde”, que tem como proposta incentivadora e informou sobre a lei de sua autoria já sancionada que criou a obrigatoriedade do uso de canudos recicláveis no município de Campina Grande.

Rafaela Oliveira finalizou a sua participação informando sobre o uso dos canudos reutilizáveis e que a contribuição da sociedade com a coleta seletiva é simples, basta repensar se o material tem como retornar ao ciclo. Na questão dos descartáveis, é preciso a utilização de cada um dos seus copos reutilizáveis, e que as sacolas biodegradáveis, para que se decomponham, precisam estar em condições adequadas de temperatura e umidade, devendo ser encaminhadas para decomposição com resíduos orgânicos, além disso, as sacolas plásticas podem ser utilizadas diversas vezes e também devem ser encaminhadas para as coletas seletivas.

O Dr. Eulampio Duarte em suas considerações finais, destacou a honra em participar da Audiência e parabenizou o vereador Alexandre e sua atuação e empenho na temática. Além disso, destacou a fala das vereadoras Valéria, Jô Oliveira e Dona

Fátima, no sentido da importância do processo educacional como ponto de partida para solução dessa problemática.



Foto: Josenildo Costa/CMCG

Citou a campanha que iniciou em 2004 em relação às fogueiras e balões, com diversos técnicos e especialistas, que realizaram palestras nas escolas sobre o tema e a problemática, e relatou que em 2004 foram realizadas 25 mil fogueiras diminuindo para 900 fogueiras em 2008, que com certeza tem relação com o fruto do processo educacional que vem sendo realizado.

O vereador Alexandre Pereira finalizou a audiência agradecendo a participação de todos e destacando a responsabilidade do município com o tema, além disso, informou que em breve entrará em contato com todos para pontuar os principais encaminhamentos.

E convidou todos para a sessão ordinária remota, nesta quarta-feira (16), a partir das 9h30. Acompanhe tudo que acontece no poder legislativo através do www.camaracg.pb.gov.br ou pelos

novos canais no youtube e facebook (camaracg oficial).

DIVICOM/CMCG